

RENASCIMENTO: RELIGIÃO E CIÊNCIA

LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE
Museu Nacional, UFRJ

WOORTMANN, Klaas. 1997. *Religião e Ciência no Renascimento*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 150 pp.

Um das áreas mais tradicionais de trabalho em antropologia é a dos chamados estudos de “cosmologia”, dentro da tradição da pesquisa etnológica em sentido estrito: a compreensão de outros esquemas de pensamento que ordenem a percepção do que se chama em nossa cultura de “natureza” ou “sobrenatureza”, de “corpo” ou “espírito”, de “tempo” ou “espaço”, de “ordem” ou “emoção”, de “princípio” ou de “causa” tem inspirado algumas das mais instigantes explorações de nossa ciência.

É curioso, assim, que a disciplina não se tenha aplicado sistematicamente a analisar a “cosmologia” desta mesma cultura tão crucial, tão singular que suscitou a emergência de uma “antropologia” e sustenta do mais alto ao mais ínfimo detalhe nossa prática e nosso pensamento. Não se trata, evidentemente, apenas de incúria. Um preconceito instituinte faz com que se desconfie dos investimentos que se aproximam desse desafio. Ora se considera que a tarefa é impossível pela sua amplitude ou complexidade (o que não é suficiente como argumento), ora se considera que é menos urgente ou necessária, na medida em que outras disciplinas (a história, a filosofia, a ciência política; por exemplo) não fazem outra coisa senão elaborar sobre os princípios cosmológicos em questão. Ora ainda — e mais recentemente — se desconfia da própria pertinência do conceito de “cultura ocidental” e se considera uma ilusão “universalista”

pretender produzir um conhecimento sobre o ente de significação que nos permite significar.

O livro de Klaas Woortmann vem se antepor a essas reservas, trazendo para dentro da reflexão antropológica — e explicitamente — a observação “comparada” de um momento forte da história de nossa cosmologia: o Renascimento. E vem sob a forma de um guia crítico, próprio, como deseja o autor, à instrução dos alunos de graduação, com suas regulares dificuldades de acesso a fontes originais. Dupla e útil novidade, portanto.

Concebido originalmente no contexto de cursos de antropologia, o texto tem a vantagem de se ocupar da história das idéias naquele período da história do Ocidente com o ouvido instruído nos pontos em que se ancoram habitualmente os argumentos fundantes de nossa disciplina. E essa é a grande diferença que impõe que esses estudos sejam feitos por antropólogos: treinados para lidar com o “sentido”, bem sabemos buscar a *langue* subjacente à infinidade de informações históricas disponíveis, misturando os dados de outra forma estancados em nossa “cultura” sobre o “político”, o “econômico”, o “filosófico”, etc. É o que deve caracterizar, justamente, uma análise de “cosmologia”.

É significativo, assim, ver como se construiu o próprio título da obra. Começa com “religião”, evidentemente. Pois não só foi a partir dessa dimensão que se construiu a especificidade do nosso “renascimento”, como foi a partir da muito peculiar idéia de “religião” formada naquela época que a “religião” veio a se impor como tema prioritário da antropologia nascente. A ela se acopla “ciência”, é claro. Pois foi na direção desse novo valor que se articulou o horizonte “renascido” e é sempre em torno dele que continuam a girar as polêmicas sobre o estatuto de nossos saberes em geral e, muito particularmente, da antropologia.

A tensão desse binômio instituinte permite ao autor resenhar a pletora de temas cosmológicos fundamentais do Ocidente, nesse horizonte essencialmente “sincrético” (Woortmann 1997: 24) em que se constitui nosso Renascimento. As polêmicas tradicionais do “racionalismo” e do “empirismo” (ou do “realismo” e do “nominalismo”) são reavivadas no contexto da valorização de especulações “atomistas”, “intuicionistas” ou “neoplatônicas”, que acabam por desembocar no privilégio à “experimentação” e suas graves novidades para o destino do Ocidente.

Referências cuidadosas nos são fornecidas sobre as quatro grandes “aberturas” cosmológicas que então se impõem (do tempo, do universo físico, da

superfície do planeta e da fisiologia do corpo humano) e da rigorosa solidariedade que guardam entre si as características dessas “grandes transformações”. Porém, é sobretudo em relação à cosmografia que se detém o autor: a recomposição do Universo empreendida pelos astrônomos que a figura eminente de Copérnico representa e a recomposição da imagem da Terra que a descoberta da América impõe.

O trabalho é claríssimo sobre a emergência global do “perspectivismo” ocidental moderno, juntando os fios de uma erudita e preciosa bibliografia. Temos, assim, bem demonstrada a articulação entre a emergência do conceito de “espaço enquanto função”, expressão de Cassirer para se referir à aplicação da relatividade algébrica ao antigo espaço geométrico (: 32, 34, 56); a idéia de uma “pluralidade de religiões” e de uma “tolerância religiosa” (já defendida por Nicolau de Cusa); a prevalência do “princípio da homogeneidade” na estruturação do cosmo contra a espessura diferencial do modelo hierárquico antes prevalecente (: 55, 62, 131); e a proliferação de todos esses movimentos ideológicos e institucionais que se pode resumir nas idéias de “individualização” do ser humano (: 68, 72).

Do “descentramento” operado pela adoção da hipótese heliocêntrica ao “recentramento” operado pela adoção da Europa como referência dos mapas-mundi (em substituição a Jerusalém); do “descentramento” produzido pela adoção da perspectiva linear na representação pictórica ao “recentramento” produzido pela preeminência do *cogito* individual (em substituição à verdade revelada) — tudo conspira para que o individualismo se imponha como ideologia estruturante do novo cosmo.

O autor impõe-se, com rigor, apresentar o modo complexo, não orquestrado, paradoxal, tenso, conflituoso em que esse processo se distende entre a Idade Média e o Iluminismo, fazendo conviver, com frequência nos mesmos pensadores ou nas mesmas obras, dimensões holistas e individualistas, todas contribuindo para essa sensação de “efervescência” (: 24) que caracteriza o período e prenuncia a intensa dinâmica da história subsequente.

Por seu efeito didático particular, creio que se deva sublinhar a importância da revisitação das polêmicas sobre a Eucaristia no contexto da Reforma. Como já haviam notado importantes antropólogos, ali se concentram os principais temas da transformação cosmológica de que somos herdeiros. O novo estatuto

da Natureza e da Razão, comprometido com a teoria “simbólica” do ritual (: 91) e com a dissociação entre “fato” e “valor”, encontra-se na raiz de todas as polêmicas epistemológicas contemporâneas da antropologia. É fundamental que nossos alunos se dêem conta da história (ou da “relatividade”) de que se revestem nossos mais modernos (ou “pós-modernos”) conceitos.

Parece, porém, ter sido decisão consciente do autor não explicar a cada passo essas ressonâncias atuais das questões de que se ocupou a cada momento. Torna-se, assim, mais flexível a utilização de seu guia. Torna-se, também, mais exigente a leitura e o desafio de recosturar as significações múltiplas de seu aporte, sobretudo, para quem tem que experimentar em si mesmo as descobertas excruciantes, iniciatórias, da percepção sociológica.

Aos leitores iniciados ficarão outras questões a formular-se sobre o texto. Minha própria leitura conduz a perguntar-me, por exemplo, sobre o estatuto da noção de “cultura ocidental moderna” (ou “Ocidente”) no horizonte analítico do autor. Embora ele esteja o tempo todo operando com um ente que parece caber naquele termo, o autor hesita (usa “ocidental”, “cristã” ou “européia”) em assumir com todas as letras que está procedendo à análise de *uma* cultura específica (por mais complexa, profusa, paradoxal ou tensa que seja), cujas fronteiras diacrônicas e sincrônicas são um permanente problema, mas que não deixa por isso de apresentar linhas de força inconfundíveis com as de qualquer outro ente desse gênero. É possível que esteja por trás disso a qualidade do próprio material utilizado, todo ele proveniente dos ideólogos desse mesmo Ocidente, não antropólogos e, portanto, permanentemente descomprometidos com a “comparação”. Isso pode, temo, eventualmente fazer os alunos confundirem o presente trabalho com outras “histórias das idéias”, em que os valores analisados parecem ser o resultado de um desenvolvimento universal da “Humanidade” e não a forma peculiar e um tanto insólita que assumiram dentro de nossa “cultura” (uma outra hipótese seria a de que se tivesse convertido ao nominalismo de Bruno Latour, que cita em sua Introdução a propósito da “etnografia da ciência”).

Uma maior explicitude sobre esse ponto teria permitido talvez ao autor ser ainda mais claro sobre o problema da “continuidade”/“descontinuidade”, com que se vê permanentemente às voltas no trato com o Renascimento. Efetivamente, faz parte dessa própria cosmologia — cuja consciência “historicizada”

floresce plenamente a partir desse período —, propor-se um problema de suas “origens”, de sua “novidade” em relação a um modo anterior e ultrapassado (re-nascimento, re-forma, revolução, etc.). O “momento liminar entre duas estruturas de pensamento, tradicional e moderna” (: 108) que representa para o autor o examinado Renascimento é, freqüentemente, adiado para o século XVIII, com a hegemonia política do individualismo. Eu mesmo, em artigo publicado neste *Anuário* com E. Giumbelli (Duarte e Giumbelli 1994), propus uma releitura do tema diacrítico da “interioridade” no Ocidente que privilegiava a continuidade cristã.

Por outro lado, sem dúvida cada um dos iniciados colegas do autor reclamará da ausência de tal ou qual item de uma bibliografia tão preciosa e tão intensamente utilizada. Eu, no meu papel, reclamo da de Burckhardt (1991), cujo livro pioneiro já bem expressava alguns dos temas iluminados pelo autor. E, pelo meu interesse particularmente intenso na “interioridade”, sinto falta do livro de Greenblatt (1980) sobre o *self-fashioning* que também teria confirmado o crucialmente exato panorama geral com que nos brindou Klaas Woortmann.

BIBLIOGRAFIA

- BURCKHARDT, J. 1991. *A Cultura do Renascimento na Itália — Um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DUARTE, L. F. D. e E. A. GIUMBELLI. 1994. As Concepções de Pessoa Cristã e Moderna: Paradoxos de uma continuidade. *Anuário Antropológico/93*: 77-111.
- GREENBLATT, S. 1980. *Renaissance Self-Fashioning*. Chicago: Chicago University Press.